



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

Exercício de 2017

Índice

Relatório de Atividades	4
Área Social	5
Área da Saúde	6
Área Cultural	8
Global da Instituição	8
Situação Patrimonial	9
Perspetivas para 2018	9
Proposta de Aplicação de Resultados	9
Fatos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício	9
Informações Exigidas por Diplomas Legais	9
Agradecimentos	9
Demonstrações Financeiras	11
Balanço	11
Demonstração de Resultados por Naturezas	12
Demonstração de Fluxos de Caixa	13
Anexo às Demonstrações Financeiras	14
1. Identificação da Entidade	14
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	14
3. Principais Políticas Contabilísticas	15
3.1. Bases de Apresentação	15
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	16
4. Ativos Fixos	19
4.1. Ativos Fixos Tangíveis	19
5. Ativos Intangíveis	20
6. Inventários	21
7. Rédito	22
8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	22
9. Benefícios dos Empregados	23
10. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais	25
11. Outras Informações	25
11.1. Investimentos Financeiros	25
11.2. Créditos a receber	27

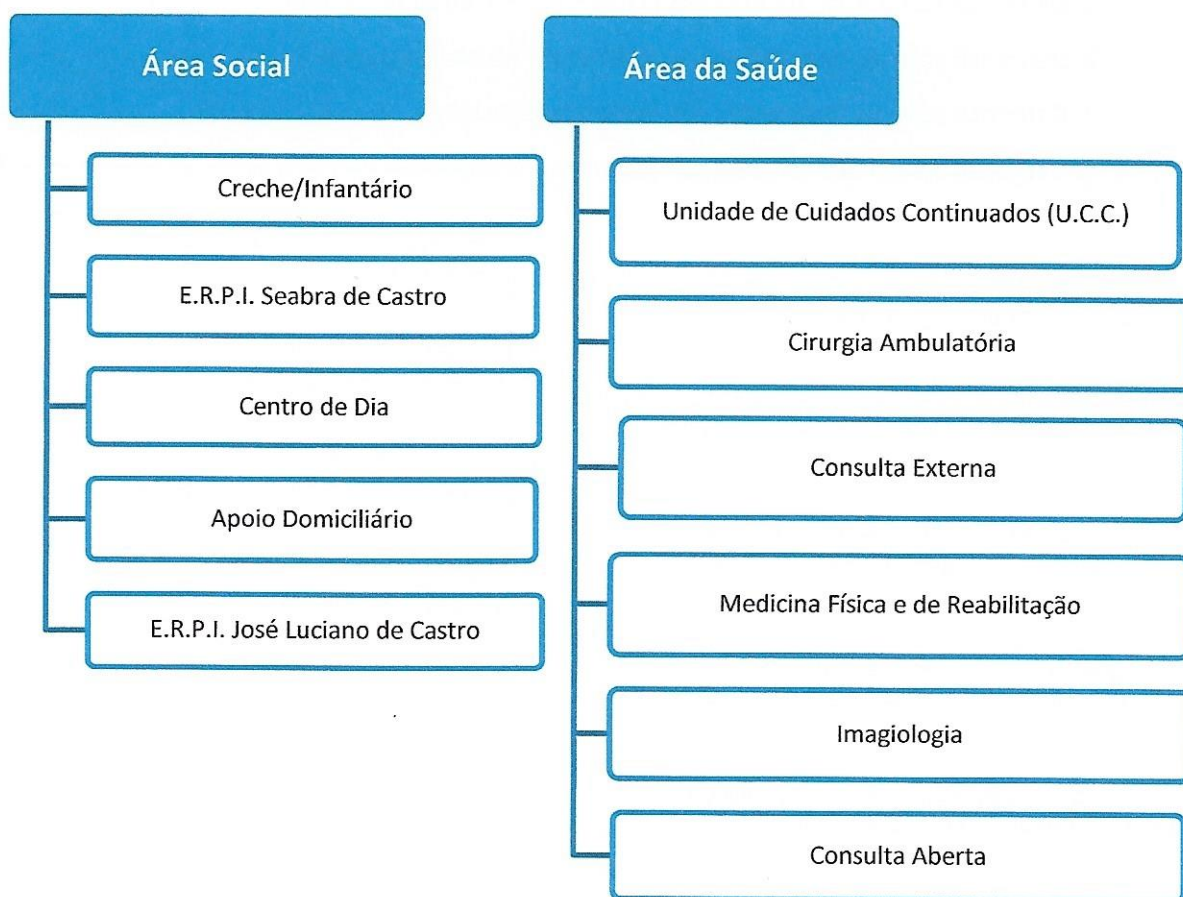
11.3. Outros ativos correntes-----	28
11.4. Diferimentos -----	28
11.5. Caixa e Depósitos Bancários-----	29
11.6. Ativos não correntes detidos para venda -----	29
11.7. Fundos Patrimoniais-----	30
11.8. Financiamentos Obtidos-----	30
11.9. Fornecedores-----	31
11.10. Estado e Outros Entes Públicos -----	31
11.11. Outros Passivos Correntes -----	32
11.12. Fornecimentos e Serviços Externos-----	33
11.13. Outros Rendimentos-----	33
11.14. Outros Gastos -----	33
11.15. Acontecimentos após a data do Balanço -----	34
Anexo Auxiliar-----	35
1. Demonstração de Resultados por Natureza – Social/Saúde/Cultura -----	35
2. Demonstração de Resultados por Natureza – Áreas Funcionais-----	36
3. Demonstração de Resultados por Natureza – Social -----	37
4. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde-----	38

Relatório de Atividades

A Santa Casa da Misericórdia de Anadia (adiante designada por SCMA), constituída a 8 de dezembro de 1908, é uma Associação sem fins lucrativos, com sede no antigo Palacete Seabra de Castro sitona Rua Dr. Alexandre Seabra, nº 29, em Anadia.

Apesar do clima de crise económica que se vive a nível nacional e internacional, a SCMA com a colaboração de todos, conseguiu ultrapassar as suas dificuldades continuando a possibilitar os seus serviços nas suas respostas sociais e saúde aos seus utentes/clientes.

Atualmente a atividade da Instituição é composta pelos seus prestigiados serviços na área do apoio social às famílias e na área da saúde.



No decorrer do exercício de 2017, a atividade da Instituição seguiu o estipulado no plano de atividades, tendo sempre em conta a gestão cuidada em todas as áreas de intervenção.

Área Social

Através de uma rápida análise à Demonstração de Resultados por Natureza podemos facilmente verificar que, comparando os dados de 2017 e 2016, se verificou um decréscimo na rubrica “vendas e serviços prestados” que se refere essencialmente à reorganização dos equipamentos da terceira idade nomeadamente as ERPI, tendo havido necessidade de diminuir o número de utentes por resposta social, consequentemente terá que haver também uma redução do número de funcionários afetos a essas respostas sociais, que tem vindo a ser feito de forma progressiva, não substituindo as funcionárias que saem por reforma.

Nesta área, a SCMA tem feito um esforço de contenção e otimização de recursos tendo contudo um resultado final de -5.534,00€.

	2017	2016
Vendas e serviços prestados	932.335,48	1.005.605,92
Subsídios, doações e legados à exploração	904.490,63	906.289,64
ISS, IP - Centros Distritais	889.111,83	852.910,45
Outros	15.378,80	53.379,19
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-258.515,56	-309.850,16
Fornecimentos e serviços externos	-198.261,39	-223.522,64
Gastos com pessoal	-1.452.997,17	-1.445.166,01
Outras imparidades (perdas/reversões)	1,25	-831,52
Outros rendimentos	135.835,86	151.118,13
Outros gastos	-970,94	-7.717,77
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	61.918,16	75.925,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-67.452,16	-70.219,94
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-5.534,00	5.705,65
Resultado antes de impostos	-5.534,00	5.705,65
Resultado líquido do período	-5.534,00	5.705,65

Área da Saúde

Analisando a Demonstração de Resultados por Natureza desta área, constatamos que se verificou uma melhoria do resultado que resultou num aumento em cerca de 590.000,00€. Este deve-se ao facto de no ano de 2017 serem atribuídas mais 15 camas à Unidade, passando a ter uma dotação de 35 camas. Importa referir que, é um serviço que apresenta dependência funcional da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e das Equipas Coordenadora Local e Regional, pelo que o nível de ocupação, está dependente da referenciação por parte das mesmas, bem como da agilização do processo de alta ou transferência, em que o serviço e as equipas intervêm.

	2017	2016
Vendas e serviços prestados	4.589.204,63	3.998.878,41
Subsídios, doações e legados à exploração	299,74	151,32
Outros	299,74	151,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-326.597,66	-254.384,12
Fornecimentos e serviços externos	-1.884.460,30	-1.671.219,08
Gastos com pessoal	-1.705.681,22	-1.500.848,44
Outros rendimentos	654,15	1.541,92
Outros gastos	-201.661,44	-196.736,76
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	471.757,90	377.383,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-100.174,22	-65.844,34
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	371.583,68	311.538,91
Juros e gastos similares suportados	-6.339,17	-36,88
Resultado antes de impostos	365.244,51	311.502,03
Resultado líquido do período	365.244,51	311.502,03

Da totalidade do valor apresentado na rubrica “vendas e serviços prestados”, 2.696.109,50€ dizem respeito à execução do Acordo de Cooperação celebrado com a ARS Centro.

Durante o ano de 2017 o serviço de Consulta Externa desenvolveu a sua atividade em torno das referenciações realizadas pelos Centros de Saúde para as especialidades contratualizadas no âmbito do acordo:

Handwritten signatures and initials:
 Top right: [Signature]
 Middle right: [Signature]
 Bottom right: [Signature]
 Far right: [Signature]

Área da Saúde – Acordo de Cooperação com a ARS Centro	
Cirurgia Ambulatória	Na especialidade de Cirurgia Geral, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia e Urologia
Consulta Externa	Na especialidade de Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Dermato-Venereologia, Medicina Interna, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria e Urologia
Medicina Física e de Reabilitação	De acordo com o convencionado
Imagiologia	De acordo com o convencionado

No decorrer de 2017 continuou a apostar-se em acordos com seguradoras e outras entidades privadas no sentido de alargar a oferta à população. Foram também estabelecidos novos Protocolos com entidades públicas, privadas e seguradoras de forma a angariar novos utentes, os acordo com as seguradoras TRUST, Tranquilidade, Médis, Advancecare, Well's, RNA Medical, Câmara Municipal de Anadia para funcionários e "Cartão Jovem", para os funcionários da Misericórdia de Anadia, da empresa Sanitana e dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana, mantêm-se.

Área da Saúde – Acordos e Convenções	
Seguradoras	Seguradoras Unidas, S.A. (<i>Tranquilidade, S.A.</i>);
	Trust – Gestão Integrada de Saúde (<i>Victoria, S.A.; Zurich, S.A.; Açoreana, S.A.</i>);
	Rede Médica RNA;
	Médis, S.A.;
	Advancecare – Gestão de Serviços de Saúde, S.A.;
Empresas	Plano de Saúde Well's
	Sanitana, S.A.;
Subsistemas	Câmara Municipal de Anadia (<i>Anadia Jovem</i>)
	SSGNR;
	SSCGD

No âmbito do setor privado como Consulta Geral, Fisiatria, Ginecologia, Neurologia, Nutrição, Pneumologia, Psiquiatria, Psicologia Clínica, Cirurgia Plástica e Reconstructiva, Reumatologia, Robustez e Consulta do Viajante.

A nível de gastos, é de salientar um aumento nos mesmos que se deveu essencialmente ao aumento proporcional da atividade da Unidade de Cuidados Continuados.

Área Cultural

A 18 de maio de 2017, a SCMA reabriu ao público o Museu José Luciano de Castro, sito no Palacete Seabra de Castro, com o objetivo de poder proporcionar à população que aprecie o seu vasto espólio que conta com exposições permanentes, salientando-se: um raríssimo conjunto de desenhos e aquarelas da autoria da Rainha D. Amélia, uma significativa mostra de Arte Sacra, elementos e objetos pessoais da figura de José Luciano de Castro, um corredor com traços biográficos de alguns homens ilustres de Anadia, incluindo o próprio percurso de vida de José Luciano de Castro e a mais completa coleção de malacologia (conchas e moluscos) exposta ao público, em Portugal.

Esta é uma área que para já não apresenta lucros pois não é cobrado qualquer valor a quem queira visitar o Museu, estando esta situação ainda em estudo por parte das Instituição.

Assim sendo, o resultado deste setor é composto por fornecimentos externos e gastos com pessoal

Global da Instituição

	Social	Saúde	Cultura	TOTAL
Vendas e serviços prestados	932.335,48	4.589.204,63	0,00	5.521.540,11
Subsídios, doações e legados à exploração	904.490,63	299,74	0,00	904.790,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-258.515,56	-326.597,66	0,00	-585.113,22
Fornecimentos e serviços externos	-198.261,39	-1.884.460,30	-3.659,97	-2.086.381,66
Gastos com pessoal	-1.452.997,17	-1.705.681,22	-1.109,89	-3.159.788,28
Outras imparidades (perdas/reversões)	1,25	0,00	0,00	1,25
Outros rendimentos	135.835,86	654,15	0,00	136.490,01
Outros gastos	-970,94	-201.661,44	0,00	-202.632,38
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	61.918,16	471.757,90	-4.769,86	528.906,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-67.452,16	-100.174,22	0,00	-167.626,38
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-5.534,00	371.583,68	-4.769,86	361.279,82
Juros e gastos similares suportados	0,00	-6.339,17	0,00	-6.339,17
Resultado antes de impostos	-5.534,00	365.244,51	-4.769,86	354.940,65
Resultado líquido do período	-5.534,00	365.244,51	-4.769,86	354.940,65

Situação Patrimonial

	2017	2016	Variação	%
Ativo não corrente	3.046.314,03	2.206.485,07	839.828,96	38,06%
Ativo corrente	2.608.575,19	1.947.528,55	661.046,64	33,94%
Fundos Patrimoniais	3.022.356,46	2.689.104,38	333.252,08	12,39%
Resultado líquido do período	354.940,65	317.207,68	37.732,97	11,90%
Passivo	2.277.592,11	1.147.701,56	1.129.890,55	98,45%

Perspetivas para 2018

A excelência nos serviços prestados pela Instituição à comunidade, quer a nível Social quer a nível da Saúde, continua a ser a principal preocupação da Misericórdia de Anadia, que por esse motivo irá continuar a apostar na formação do pessoal de forma a aumentar a eficiência, segurança e melhorar o tratamento dos utentes.

Proposta de Aplicação de Resultados

Para o resultado líquido positivo do período de 354.940,65€ Evidenciado na apresentação das contas de 2017, propomos que seja levado à conta de “Resultados Transitados”.

Fatos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Não se registaram fatos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2017 que possam por em causa os comentários já evidenciados ou contradizer a imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras.

Informações Exigidas por Diplomas Legais

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta qualquer situação de dívidas em atraso à Administração Tributária e Segurança Social.

Agradecimentos

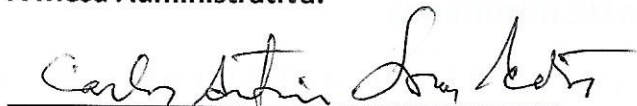
A Mesa Administrativa vem por este meio agradecer:

- ✓ Aos seus funcionários e prestadores de serviços, pelo empenho, dinamismo e humanismo que aplicaram no desempenho das suas funções;

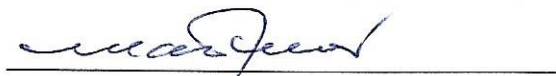
- ✓ Aos seus utentes e familiares, pela colaboração e compreensão e pelas dicas que nos permitem melhorar;
- ✓ Aos voluntários que prestaram um importante apoio aos nossos utentes;
- ✓ Aos restantes Órgãos Sociais, pelo apoio demonstrado;
- ✓ Às entidades que institucionalmente colaboram com a SCMA, nomeadamente, a Direção Geral da Segurança Social, a Câmara Municipal de Anadia, a União das Misericórdias Portuguesas, a Administração Regional de Saúde do Centro, o Centro de Emprego, entre outros;
- ✓ A empresas e/ou particulares que, através de donativos ajudam a prestar o melhor serviço a quem mais necessita.

Anadia, 12 de março de 2018

A Mesa Administrativa:



(Eng. Carlos António Soares de Matos)



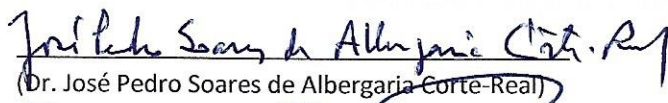
(Eng. Manuel Martins Fernandes)



(Dr. Rogério Manuel Alves de Castro)



(Osvaldo Pereira Dias)



(Dr. José Pedro Soares de Albergaria Corte-Real)



(Dra. Teresa Paula Rodrigues Liberal Alegre Silva)



(Serafim Manuel Oliveira Pina)

Demonstrações Financeiras

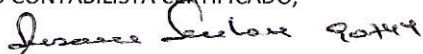
Balanco

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4.1	3.028.609,21	2.194.062,66
Activos intangíveis	5	30,78	246,04
Investimentos financeiros	11.1	17.674,04	12.176,37
Subtotal		3.046.314,03	2.206.485,07
Activo corrente			
Inventários	6	86.509,14	70.354,11
Créditos a receber	11.2	192.907,06	444.719,86
Estado e outros Entes Públicos	10.10	34.261,90	10.668,60
Diferimentos	11.4	58.251,65	14.633,44
Outros ativos correntes	11.3	644.978,87	563.140,36
Activos Não correntes detidos para Venda	11.6	344,23	0,00
Caixa e depósitos bancários	11.5	1.591.322,34	844.012,18
Subtotal		2.608.575,19	1.947.528,55
Total do activo		5.654.889,22	4.154.013,62
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	920.353,09	920.353,09
Resultados transitados	11.7	1.902.853,89	1.585.646,21
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	199.149,48	183.105,08
		3.022.356,46	2.689.104,38
Resultado Líquido do período		354.940,65	317.207,68
Total dos fundos patrimoniais		3.377.297,11	3.006.312,06
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11.8	656.669,43	0,00
Outras dividas a pagar	12.9	30.027,45	35.032,01
Activo não corrente			
Subtotal		686.696,88	35.032,01
Passivo corrente			
Fornecedores	11.9	453.426,72	122.121,71
Estado e outros Entes Públicos	11.10	86.762,05	87.872,83
Financiamentos obtidos	11.8	76.911,16	0,00
Diferimentos	11.4	3.802,40	802,40
Outros passivos correntes	11.11	969.992,90	901.872,61
Subtotal		1.590.895,23	1.112.669,55
Total do passivo		2.277.592,11	1.147.701,56
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.654.889,22	4.154.013,62

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



A MESA ADMINISTRATIVA,

Demonstração de Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	5.420.742,34	4.933.723,91
Subsídios, doações e legados à exploração	8	904.790,37	906.440,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-585.113,22	-564.234,28
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-1.918.200,53	-1.756.597,94
Gastos com o pessoal	9	-3.159.788,28	-2.946.014,45
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	0,00	-839,00
Outras Imparidades (perdas/reversões)	11.2	1,25	7,48
Outros rendimentos	11.3	69.106,65	85.276,69
Outros gastos	11.14	-208.971,55	-204.491,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		522.567,03	453.271,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4+5	-167.626,38	-136.064,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		354.940,65	317.207,68
Resultados antes de impostos		354.940,65	317.207,68
Resultado líquido do período		354.940,65	317.207,68

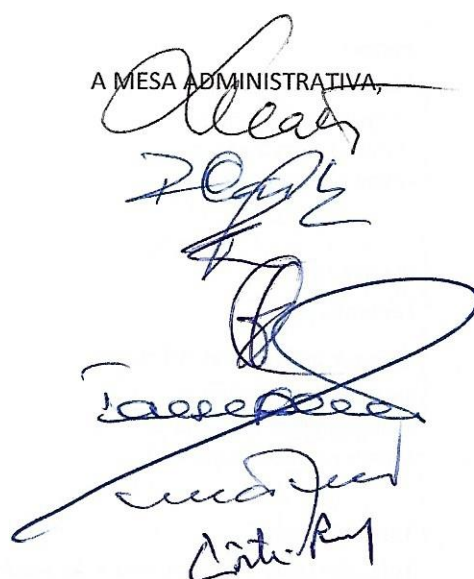
O CONTABILISTA CERTIFICADO,



201126869

90744

A MESA ADMINISTRATIVA,



Demonstração de Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2017

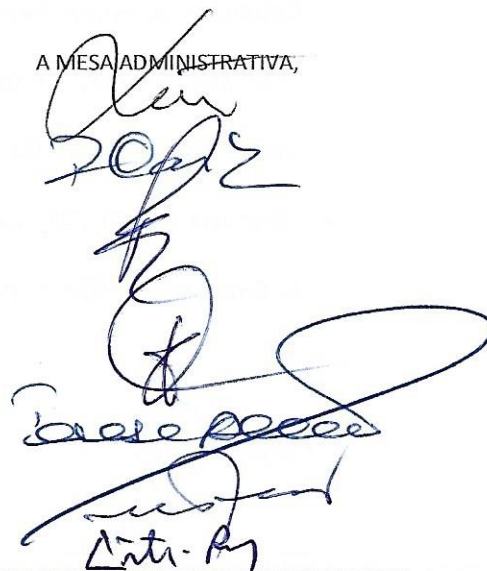
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes e utentes	5.698.127,69	4.678.299,60
Pagamento a fornecedores	-2.533.310,97	-2.375.377,52
Pagamentos ao pessoal	-3.135.008,01	-2.925.658,68
Caixa gerada pelas operações	29.808,71	-622.736,60
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	904.790,37	906.440,96
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	934.599,08	283.704,36
Fluxos de caixa das atividade de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-990.353,16	-100.362,14
Recebimentos provenientes de:		
Outros ativos	63.144,48	82.189,15
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)	-927.208,68	-18.172,99
Fluxos de caixa das atividade de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	733.580,59	
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-6.339,17	
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)	739.919,76	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	747.310,16	265.531,37
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	844.012,18	578.480,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.591.322,34	844.012,18

O CONTABILISTA CERTIFICADO,


 201126869
 90744

A MESA ADMINISTRATIVA,


 Anti-Ry

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Anadia (SCMA) é uma Entidade Sem Fins Lucrativos, fundada em 1908, por um grupo de cidadãos, entre os quais José Luciano de Castro, um dos mais influentes políticos portugueses das últimas décadas da Monarquia e chefiou o governo da nação durante vários anos.

A Misericórdia de Anadia é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Esta Instituição tem a sua sede na Rua Alexandre Seabra, nº 29, em Anadia, com NIPC 501 229 574 exercendo a sua atividade no concelho de Anadia nas áreas de Infância, Terceira Idade e Saúde.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) Esta apresentação de Resultados está sujeita por imposição legal, ao processo de relato financeiro nos termos do SNC, aprovado pelo DL nº 158/20009 de 13/07 e nos termos do regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes Diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela SCMA na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a SCMA continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes*” (Notas 11.3) e “*Diferimentos*” (Nota 11.4)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a SCMA tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Para as aquisições até 31 Dez 2011 a SCMA deprecia os seus bens de acordo com as taxas do DL 78/89, sendo que desde 2012 para todas as aquisições a partir desse ano passou a utilizar as taxas de depreciação do Decreto Regulamentar 25/2009.

As depreciações são calculadas com base nas taxas acima referidas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Handwritten signatures and initials:
Top: [Signature]
Middle: [Signature]
Bottom: [Signature] with "Anti-P" written below it.

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	25-50
Equipamento básico	6-10
Equipamento de transporte	6
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6-10
Outros ativos fixos tangíveis	6-10

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a SCMA tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são mensurados ao custo.

Esta rubrica inclui ainda, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

3.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A SCMA adota como método de custeio dos inventários o FIFO. (*first in, first out*).

3.2.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor

3.2.6. Ativos não correntes detidos para Venda (ANCDV)

Os ANCDV são classificados como detidos para venda se a respetiva quantia escriturada for realizável através de uma transação de venda e não pelo uso continuado

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

A venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições

A gestão está comprometida com um plano de venda.

É expectável que a venda se realize num período de 12 meses

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia estimada e o respetivo justo valor deduzido dos custos expectáveis com a sua venda

3.2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, contando na Demonstração de Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo;
- Resultados Transitados, ou seja, resultados gerados em períodos anteriores, e
- Ajustamentos/Outras Variações, decorrentes de donativos monetários recebidos e do processo de transição da Norma das ESNL.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

A SCMA é uma entidade isenta de IRC nos termos a alínea b) do nº 1 do artigo 10º do Código do IRC, pelo facto de ser uma instituição particular de solidariedade social, e exercer efetivamente, a título exclusivo, as atividades constantes dos seus estatutos. Adicionalmente, na sequência da atualização dos referidos estatutos, foi solicitado à Direção Geral da Segurança Social, o seu registo, pedido que se encontra já deferido.

De salientar ainda que, por declaração da DGCI de 15/9/89, publicada no DR III Série nº 238 de 16 Outubro, foi reconhecido à SCMA isenção de IMI e IMT.

4. Ativos Fixos

4.1. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2016
Custo					
Terrenos e recursos naturais - AFT	20.501,21	-	-	-	20.501,21
Terrenos e recursos naturais - PI	156.193,59	-	-	-	156.193,59
Edifícios e outras construções - AFT	2.469.444,31	-	-	-	2.469.444,31
Edifícios e outras construções - PI	413.073,80	-	-	-	413.073,80
Equipamento básico	851.717,97	42.172,49	-	-	893.890,46
Equipamento de transporte	150.240,90	-	-	-	150.240,90
Equipamento administrativo	68.946,02	2.717,84	-	-	71.663,86
Outros ativos fixos tangíveis	25.611,34	888,40	-	-	26.499,74
Investimentos em curso	0,00	54.583,41	-	-	54.583,41
Total	4.155.729,14	100.362,14	-	-	4.256.091,28
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções - AFT	1.093.951,40	47.775,10	-	-	1.141.726,50
Edifícios e outras construções - PI	184.255,70	8.276,41	-	-	192.532,11
Equipamento básico	415.853,92	74.499,72	-	-	490.353,64
Equipamento de transporte	146.615,10	1.374,80	-	-	147.989,90
Equipamento administrativo	62.293,44	3.131,56	-	-	65.425,00
Outros ativos fixos tangíveis	23.351,77	649,70	-	-	24.001,47
Total	1.926.321,33	135.707,29	-	-	2.062.028,62

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2017
Custo					
Terrenos e recursos naturais - AFT	20.501,21	-	-	-	20.501,21
Terrenos e recursos naturais - PI	156.193,59	-	-	-	156.193,59
Edifícios e outras construções - AFT	2.469.444,31	-	-	407.315,95	2.876.760,26
Edifícios e outras construções - PI	413.073,80	(748,20)	-	-	412.325,60
Equipamento básico	893.890,46	190.044,60	-	-	1.083.935,06
Equipamento de transporte	150.240,90	-	-	-	150.240,90
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	71.663,86	7.885,15	-	-	79.549,01
Outros ativos fixos tangíveis	26.499,74	4.063,59	-	-	30.563,33
Investimentos em curso	54.583,41	800.308,56	-	(407.315,95)	447.576,02
Total	4.256.091,28	1.001.553,70	-	-	5.257.644,98
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais - AFT	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais - PI	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções - AFT	1.141.726,50	57.958,00	-	-	1.199.684,50
Edifícios e outras construções - PI	192.532,11	7.857,48	-	-	200.389,59
Equipamento básico	490.353,64	94.734,24	-	-	585.087,88
Equipamento de transporte	147.989,90	1.376,00	-	-	149.365,90
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	65.425,00	4.222,60	-	-	69.647,60
Outros ativos fixos tangíveis	24.001,47	858,83	-	-	24.860,30
Total	2.062.028,62	167.007,15	-	-	2.229.035,77

Verifica-se um aumento em cerca de 990.000€ na conta “Ativos Fixos Tangíveis” que resulta essencialmente de equipamento básico que foi necessário adquirir para as diversas valências da Instituição e dos investimentos em Curso. Os investimentos em curso respeitam às obras nos serviços da Unidade de Cuidados Continuados e de Medicina Física e de Reabilitação no HJLC.

Relativamente à obra da U.C.C., a mesma terminou em fevereiro de 2017, tendo sido transferido o seu valor da rubrica “Investimentos em Curso” para “Edifícios e outras construções - AFT”.

É ainda importante ressaltar que a na rubrica “Edifícios e outras construções – AFT” consta o Edifício afeto ao HJLC que se encontra hipotecado conforme nota 11.8.

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Programas de Computador	6.842,19	-	-	-	-	6.842,19
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	6.842,19	-	-	-	-	6.842,19
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	6.224,16	371,99	-	-	-	6.596,15
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	6.224,16	371,99	-	-	-	6.596,15

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Programas de Computador	6.842,19	-	-	-	-	6.842,19
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	6.842,19	-	-	-	-	6.842,19
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	6.596,15	215,26	-	-	-	6.811,41
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	6.596,15	215,26	-	-	-	6.811,41

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Detalhe	2017	2016
Gêneros Alimentares	5.028,03	4.810,98
Material Clínico	44.258,99	38.560,80
Material Hoteleiro, Administrativo e Manutenção	16.974,04	9.005,10
Produtos Farmacêuticos	20.248,09	17.977,23
Total	86.509,14	70.354,11

Os inventários referem-se ao stock físico existente na SCMA em 31/12/2017 e em 31/12/2016, e é composto essencialmente por material descartável de apoio às diversas valências, produtos farmacêuticos e produtos de alimentação.

7. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
Prestação de Serviços:		
Infância e Juventude	72.112,50	71.082,47
Terceira Idade	824.326,14	898.217,74
Saúde - Hospital	4.488.406,86	3.928.047,79
Quotas e Jóias	3.203,00	3.521,00
Outros rendimentos	32.693,84	32.854,91
Total	5.420.742,34	4.933.723,91

As prestações de serviços da SCM Anadia na área social sofreram um decréscimo na área da Terceira Idade, essencialmente devido à redução do número de camas disponíveis nas respostas sociais de E.R.P.I. (Estrutura Residencial para Idosos), de modo a cumprirmos o limite estabelecido pela Segurança Social.

Por sua vez, é de salientar a melhoria na área da Infância e Juventude, que se deveu essencialmente a uma maior procura por parte da população.

No exercício de 2017, o número médio de utentes por resposta social, foi o seguinte:

Resposta Social	Nº Médio de Utes
Creche	42
Pré-Escolar	55
Apoio Domiciliário	45
Centro de Dia	42
E.R.P.I. Seabra de Castro	46
E.R.P.I. Lar José Luciano de Castro	36

Relativamente às prestações de serviços na área da saúde verificou-se um aumento em cerca de 560.000,00€, que se deveu essencialmente ao aumento da capacidade instalada na U.C.C., passando a mesma de 20 para 35 camas disponíveis.

8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	889.111,83	852.910,45
Centro Regional de Segurança Social	889.111,83	852.910,45
Infância e Juventude	282.905,11	248.229,32
Terceira Idade	606.206,72	604.681,13
...	-	-
Apoios do Governo	15.678,54	53.530,51
IEFP - Estágios	299,74	13.811,45
IEFP - Apoios à contratação	7.469,99	34.711,40
Município de Anadia	4.750,00	3.750,00
Outros	3.158,81	1.257,66
Total	904.790,37	906.440,96

Em termos de Subsídios do Governo, verifica-se um aumento na comparticipação da Infância e Juventude de aproximadamente 34.000€ que se deve a um aumento da frequência de utentes nestas respostas sociais.

Verifica-se uma diminuição nos apoios do IEFP – Apoios à contratação/Estágios dado a Instituição não ter admitido trabalhadores com medidas de incentivo à contratação nem ter tido nas suas respostas sociais estágios a decorrer.

9. Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram 21 elementos.

Os órgãos diretivos da SCMA não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 206 e em 31/12/2016 foi de 204.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao Pessoal	2.487.529,86	2.352.799,58
Indemnizações	21.250,00	-
Encargos sobre as Remunerações	535.576,52	496.081,00
Caixa Geral de Aposentações	149.524,92	169.464,88
Segurança Social	385.468,60	326.279,46
Fundo de Compensação	583,00	336,66
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	22.106,23	21.943,08
Outros Gastos com o Pessoal	93.325,67	75.190,79
Total	3.159.788,28	2.946.014,45

O aumento que se verifica nos Gastos com Pessoal prende-se essencialmente com o aumento do salário mínimo nacional de 530€ para 557€.

Atualmente o principal diferencial das Instituições está nas pessoas e na formação de boas equipas de trabalho. Assim sendo, a 31/12/2017 a SCMA contava com os seguintes recursos humanos no seu quadro de pessoal:

Recursos Humanos afetos à Instituição		
Infância	Ajudantes de Ação Educativa	9
	Educadoras de Infância	6
	Trabalhadores dos Serviços Gerais	4
Terceira Idade	Ajudantes de Lar e de Centro de Dia	47
	Ajudante de Ocupação	2
	Ajudantes Familiar/Domicílio	7
	Encarregada de Setor	2
	Encarregadas dos Serviços Gerais	1
	Enfermeiros	2
	Fisioterapeutas	2
	Gerontólogo	1
	Técnico Auxiliar de Serviço Social	1
	Técnico Superior de Animação	1
	Técnico Superior de Serviço Social	2
	Trabalhadores dos Serviços Gerais	12
Saúde	Administradora	1
	Assistentes Administrativos	15
	Capelão	1
	Encarregada dos Serviços Gerais	1
	Enfermeiros	12
	Médicos	2
	Psicólogos	1
	TDT (Fisioterapeutas / Ter. Ocupacionais / Ter. Fala / Técnicos de RAIIO-X)	12
	Técnico de Farmácia	1
	Técnico de Informática	1
	Técnico de Recursos Humanos	1
	Técnico de Secretariado	1
	Técnico Superior de Serviço Social	1
	Trabalhadores dos Serviços Gerais	35
Pessoal de Apoio às diversas respostas sociais	Administradora	1
	Ajudantes de cozinha	9
	Cozinheiras	3
	Engenheira Alimentar	1
	Motorista	1
	Trabalhadores dos Serviços Gerais	2
Pessoal de Apoio Administrativo	Assistentes Administrativos	3
	Contabilistas Certificados	1
	Técnico de Contabilidade	1
Total		206

No momento o quadro da instituição conta ainda com cerca de 33 funcionários que ficaram em Regime de Cedência de Interesse Público, cujos vencimentos e regalias são assegurados pela SCMA.

10. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

A SCMA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei, informa-se que a situação da SCMA perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Investimentos Financeiros	2017	2016
Inv. Associadas -Outros métodos:		
Agrofelgue Lda	2.493,99	2.493,99
Empréstimos	1.643,26	1.643,26
Investimentos noutras empresas:		
Títulos Dívida Publica CGD	249,40	249,40
Ações CCAM	100,00	100,00
Outros Investimentos - FCT	11.660,79	6.164,37
Fundo Reestruturação Setor Solidário	1.585,21	1.585,21
Perdas por imparidade acumuladas	-58,61	-59,86
Total Líquido	17.674,04	12.176,37

A. Investimentos em Associadas -Outros métodos:

Trata-se de uma participação financeira de 50% na "Agrofelgue, Lda" sediada em Anadia, que se encontra mensurada pelo método do custo.

Os investimentos em associadas apresentam o seguinte detalhe:

31 de Dezembro de 2016

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-16	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos
Agrofelgue Lda	Anadia	95.852,80	50%	2.493,99		1.643,26
				2.493,99		1.643,26

31 de Dezembro de 2017

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-17	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos
Agrofelgue Lda	Anadia	ND	50%	2.493,99	0,00	1.643,26
				2.493,99	0,00	1.643,26

Os saldos e transações com a associada “**Agrofelgue, Lda**” apresentam-se no quadro seguinte:

Transações	2017	2016
Rendas (Conta 78)	12.000,00 €	12.250,00 €
Saldos	2017	2016
Empréstimos concedidos (Conta 41)	1.643,26	1.643,26 €

B. Investimentos noutras empresas:

Quanto aos investimentos noutras empresas de que abaixo se apresenta detalhe encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	31-dez-17	31-dez-16
Método Justo valor		
Ações CCAM	100,00	100,00
Títulos Dívida Pública CGD	249,40	249,40
Fundo Reestruturação Setor Social	1.585,21	1.585,21
Outros Investimentos - FCT	11.660,79	6.164,37
	13.595,40	8.098,98
Perdas por imparidade acumuladas	-58,61	-59,86
Sub-Total	13.536,79	8.039,12
Total Líquido	13.536,79	8.039,12

Fundo de Reestruturação do Setor Social (FRSS)

O Fundo de Reestruturação do Setor Social, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 165-A/2013 e destina-se ao apoio da reestruturação e da sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) e equiparadas, permitindo, desta forma, a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais por estas prestadas.

Fundo de Compensação do trabalho, do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho

A Lei n.º 70/2012 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

O FCT e o FGCT são fundos autónomos, com personalidade jurídica e não integram o perímetro de consolidação da Segurança Social nem o seu orçamento, são ainda fundos de adesão individual e obrigatória pela entidade empregadora.

11.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 as rubricas “Clientes” e “perdas por imparidade acumuladas” encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Créditos a receber		
Utentes	25.542,55	20.931,82
Clientes	167.364,51	423.788,04
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	5.642,25	5.642,25
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	(5.642,25)	(5.642,25)
Total	192.907,06	444.719,86

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes		
ARS CENTRO	118.089,26	381.020,61
Clientes Gerais	25,00	307,79
Avenças	47.545,00	36.675,00
Seguradoras	1.705,25	5.784,64
Utentes	25.542,55	20.931,82
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	5.642,25	5.642,25
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	- 5.642,25	- 5.642,25
Total	192.907,06	444.719,86

O saldo do cliente “ARS Centro” deve-se essencialmente a parte dos MCDT’s que foram faturados no final do ano, estando o mesmo a ser regularizado e 90 dias (aproximadamente).

Verifica-se uma diferença de aproximadamente 260.000,00€ que se deve ao facto de os meses de novembro e de dezembro da U.C.C não ter sido faturados em tempo útil, por erros da Rede Nacional de Cuidados Continuados tendo neste momento a situação já sido regularizada.

As perdas por imparidade registadas, respeitam essencialmente a débitos dos utentes das respostas sociais da Infância que, não obstante as tentativas de cobrança, não foi ainda possível receber.

11.3. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Ministério da Educação	31.956,60	19.945,76
Outros Devedores	4.565,48	3.784,41
IEFP - Estágios e apoio à contratação	-	38.356,25
Faturação a ACSS e ARS	608.456,79	496.703,94
Rendas a cobrar	-	4.350,00
Total	644.978,87	563.140,36

A rubrica com mais expressão continua a ser “Faturação a ACSS e ARS”, que inclui essencialmente o montante do acréscimo de rendimentos no valor de 3.038.438,19€ (2.926.684,62€ em 2016), dos quais 2.696.109,50€ (2.693.976,94€ em 2016), dizem respeito à produção efetuada e ainda não faturada conforme o Acordo de Cooperação celebrado com a ARS, e que se encontra compensado com os adiantamentos efetuados por aquela entidade no montante de 2.429.981,40€ (2.429.980,68€ em 2016), por não serem suscetíveis de retorno, considerando que os serviços foram efetivamente prestados, havendo já comunicação formal de fevereiro passado da sua aceitação. O restante valor (342.328,69€) refere-se ao mês de novembro e dezembro da U.C.C. que não pode ser faturado em tempo útil.

Os principais montantes especializados correspondem a:

Atividade	Designação	2017	2016
Produção do Acordo de Cooperação	Consulta externa	577.038,00	658.017,50
	Cirurgia Ambulatório	1.984.072,82	1.906.950,63
	Incentivo Produção	134.998,68	129.008,81
Total		2.696.109,50	2.693.976,94

A verba relativa aos Incentivos à produção contratada, carece do cumprimento do Índice Global do Desempenho, tal como definido no Acordo de Cooperação e que de acordo com a referida comunicação se encontra atingido em 100%.

11.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros a Registrar	11.543,21	13.020,94
Contratos de manutenção	2.428,44	1.612,50
Projeto Gestão de Informação - SINERGii	44.280,00	-
Total	58.251,65	14.633,44

Rendimentos a reconhecer		
Rendas Cobradas	802,40	802,40
Quotizações	3.000,00	-
Total	3.802,40	802,40

O Projeto de gestão de Informação "SINERGi" respeita a uma plataforma online que permite a qualquer momento ter conhecimento do "estado" da Instituição. A adesão a esta plataforma permite um melhor controlo da atividade operacional das Valências Sociais e de Saúde, administrando os recursos disponíveis, analisando de forma mais eficiente os custos/proveitos dos serviços prestados. Este projeto tem uma duração de 5 anos, pelo que o valor corresponde aos gastos a reconhecer no período de 2018 a 2021.

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.812,87	1.650,00
Depósitos à ordem	1.160.089,18	536.027,89
Depósitos a prazo	600.000,00	500.000,00
Outros - Conta Utentes	(170.579,71)	(193.665,71)
Total	1.591.322,34	844.012,18

Em relação aos saldos acima apresentados, deve referir-se o seguinte:

- ✓ A SCMA tem um saldo de 1.812,87€ de caixa distribuído pelos diversos serviços.
- ✓ A conta designada "Outros - Conta Utentes", cujo saldo se apresenta credor, resulta do registo contabilístico da entrega de disponibilidades por parte de alguns utentes, que solicitam à SCMA a sua gestão. Nesta conformidade, porque esta entrega de meios financeiros se materializa numa conta de depósitos à ordem de disponibilidades que não são pertença da SCMA, na elaboração das presentes DF's procedeu-se à compensação dos saldos.

11.6. Ativos não correntes detidos para venda

Descrição	2017	2016
	-	-
Casa de habitação nº 10 - Av. Caminho	344,23	-
Total	344,23	-

O valor presente nesta rubrica diz respeito ao prédio urbano acima identificado, localizado no Bairro da Misericórdia em Avelãs de Caminho, e cuja quantia escriturada corresponde ao custo histórico deduzido das depreciações calculadas até 31/12/2016. É expectável que a escritura de venda do referido imóvel ocorra em 2018. (Vide nota 11.11)

11.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01 janeiro 2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2017
Fundos	920.353,09	-	-	920.353,09
Resultados transitados	1.585.646,21	317.207,68	-	1.902.853,89
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	183.105,08	16.044,40	-	199.149,48
Total	2.689.104,38	333.252,08	-	3.022.356,46

Sobre os movimentos ocorridos no exercício de 2017 salienta-se o seguinte:

- ❖ O aumento na conta dos resultados Transitados resulta da aplicação do resultado de 2016 conforme deliberação em Assembleia geral de 29 de março de 2017.
- ❖ O aumento na rubrica Ajustamentos/OVFP é resultante de donativos monetários recebidos durante o ano.

11.8. Financiamentos Obtidos

A 16 de fevereiro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi autorizada a hipoteca do Edifício Hospital José Luciano de Castro com o objetivo de poder contratar um financiamento bancário para fazer face aos elevados gastos inerentes às obras de requalificação do HJLC, nomeadamente as obras na Unidade de Cuidados Continuados e na Medicina Física e de Reabilitação.

Deste modo, foi contratado um financiamento bancário com a Instituição de Crédito – "Caixa Económica Montepio Geral" no montante de 1.000.000,00€, que apenas se encontra utilizado em 733.580,59 €, a ser amortizado em 74 prestações mensais.

Foi constituída hipoteca legal sobre o edifício afeto ao HJLC com um MMA de 4.000.000€.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	76.911,16	656.669,43	733.580,59	-	-	-
Total	76.911,16	656.669,43	733.580,59	-	-	-

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	-	6.339,17	6.339,17	-	-	-
Total	-	6.339,17	6.339,17	-	-	-

11.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	453.426,72	122.121,71
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	453.426,72	122.121,71

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores	-	-	-	-	-
Fornecedores c/c	453.426,72	0,00	0,00	0,00	453.426,72
	453.426,72	0,00	0,00	0,00	453.426,72

O aumento na conta de Fornecedores deve-se essencialmente às faturas respeitantes às obras em curso rececionadas em dezembro.

11.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	34.261,90	10.668,60
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	34.261,90	10.668,60
Passivo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto s/Rendimentos de Pessoas Singulares (IRS)	30.953,94	29.744,40
CGA	15.540,53	21.138,61
Segurança Social	39.719,03	36.584,04
Outras Tributações - FCT e FGCT	548,55	405,78
Total	86.762,05	87.872,83

O ativo no valor de 34.261,90€ corresponde ao pedido de restituição de 50% do valor do IVA em todos os géneros alimentares e nas obras efetuados no HJLC.

As restantes rubricas correspondem a encargos referentes ao mês de dezembro cujo pagamento só é exigido nos meses seguintes.

11.11. Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outros passivos correntes*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a pagar		440.533,74		415.753,47
Honorários a liquidar		184.530,95		88.657,74
Quotização da UMP		196.670,13		185.146,20
ARS - Taxas Moderadoras		103.065,61		124.271,96
ARS - Compensação Investimento não amortizado	30.027,45	20.018,24	35.032,01	15.013,68
Outros credores	-	24.374,23	-	73.029,56
Casa de Habitação nº 10	-	800,00	-	-
Total	30.027,45	969.992,90	35.032,01	901.872,61

A sub rubrica – “*Remunerações a pagar*”, refere-se a encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2018.

A sub rubrica “*Honorários a liquidar*” refere-se essencialmente a serviços prestados por colaboradores, cujos serviços foram efetuados em dezembro de 2017, mas que de acordo com as regras em uso apenas foram faturados no início de 2018.

A sub rubrica “*Quotização da UMP*” refere-se ao reconhecimento do gasto relativo à quota parte dos resultados positivos alcançados na valência hospitalar, nos termos do acordo em parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas.

A sub rubrica – “*ARS – Taxas Moderadoras*”, refere-se ao valor cobrado aos utentes que tem que ser entregue à ARS conforme estipulado no Acordo de Cooperação.

A sub rubrica – “*ARS – Compensação Investimento não amortizado*”, refere-se ao valor dos ativos conforme descrito na Nota 4., e que deverá ser paga à ARS durante o período de vigência do Acordo de Cooperação (10 anos com início em 2015).

A sub rubrica “*Outros credores*” respeita fundamentalmente à aplicação do princípio do acréscimo em relação a um conjunto de despesas (eletricidade, água e outras), que são gastos de 2017 mas que apenas foram faturadas em 2018.

A rubrica “*Casa de Habitação nº 10*” inclui um saldo no valor de 800€ relativo às entregas efetuadas por promitente adquirente do imóvel sito em Avelas de Caminho casa nº 10 com nº da matriz nº 701, cuja escritura se espera se concretize em 2018 (vide nota 11.6)

11.12. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	218.439,25	191.059,49
Serviços especializados	1.397.431,08	1.258.776,14
Materiais	36.803,51	31.085,58
Energia e fluidos	189.040,73	199.362,94
Deslocações, estadas e transportes	1.586,79	5.134,04
Serviços diversos (*)	74.899,17	71.179,75
Seguros	22.403,24	21.718,32
Comunicação	18.009,59	16.407,33
Limpeza, higiene e conforto	11.022,11	9.357,50
Total	1.918.200,53	1.756.597,94

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large signature and the text "Ant. A1".

11.13. Outros Rendimentos

Descrição	2017	2016
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.639,47	3.103,61
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	38.972,68	41.330,18
Imputação de subsídios Investimentos:	-	3.696,65
Outros rendimentos e ganhos	27.494,50	37.146,25
Total	69.106,65	85.276,69

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

A rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”, refere-se ao valor das rendas cobradas do património imobiliário que se encontra em regime de arrendamento.

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” inclui essencialmente donativos em espécie no valor de 15.659,08€ (15.634,58€ em 2016) e rendimentos financeiros no valor de 5.962,17€ (3.087,54€ em 2016).

11.14. Outros Gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Taxas	1.902,09	2.630,50
Descontos de pronto pagamento concedidos	30,85	15,20
Gastos e perdas investimentos não financeiros	250,94	5.125,01
Outros Gastos e Perdas	6.397,54	25.206,14
Quotizações à UMP	200.390,13	171.514,56
Total	208.971,55	204.491,41

A sub rubrica "Quotizações à UMP" no montante de 200.390,13€ (171.514,56€ em 2016) refere-se ao reconhecimento do gasto do ano de 2017, referente à quota parte dos resultados positivos alcançadas na valência hospitalar, nos termos do acordo em parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas.

11.15. Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 12 de Março de 2018.

[Handwritten signatures and initials]
C. Ant. Rui

Anexo Auxiliar

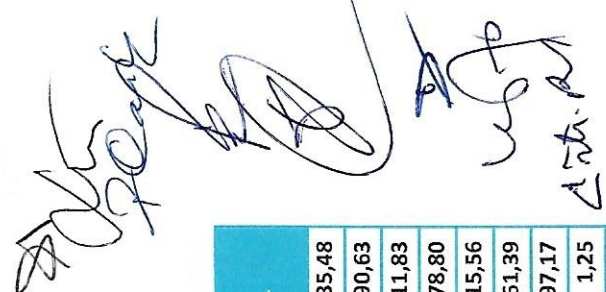
1. Demonstração de Resultados por Natureza – Social/Saúde/Cultura

	Social	Saúde	Cultura	TOTAL
Vendas e serviços prestados	932.335,48	4.589.204,63	0,00	5.521.540,11
Subsídios, doações e legados à exploração	904.490,63	299,74	0,00	904.790,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-258.515,56	-326.597,66	0,00	-585.113,22
Fornecimentos e serviços externos	-198.261,39	-1.884.460,30	-3.659,97	-2.086.381,66
Gastos com pessoal	-1.452.997,17	-1.705.681,22	-1.109,89	-3.159.788,28
Outras imparidades (perdas/reversões)	1,25	0,00	0,00	1,25
Outros rendimentos	135.835,86	654,15	0,00	136.490,01
Outros gastos	-970,94	-201.661,44	0,00	-202.632,38
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	61.918,16	471.757,90	-4.769,86	528.906,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-67.452,16	-100.174,22	0,00	-167.626,38
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-5.534,00	371.583,68	-4.769,86	361.279,82
Juros e gastos similares suportados	0,00	-6.339,17	0,00	-6.339,17
Resultado antes de impostos	-5.534,00	365.244,51	-4.769,86	354.940,65
Resultado líquido do período	-5.534,00	365.244,51	-4.769,86	354.940,65

2. Demonstração de Resultados por Natureza – Áreas Funcionais

	Infância	Terceira Idade	Saúde	Cultura	TOTAL
Vendas e serviços prestados	72.753,94	859.581,54	4.589.204,63	0,00	5.521.540,11
Subsídios, doações e legados à exploração	284.256,60	620.234,03	299,74	0,00	904.790,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-25.598,57	-232.916,99	-326.597,66	0,00	-585.113,22
Fornecimentos e serviços externos	-29.464,56	-168.796,83	-1.884.460,30	-3.659,97	-2.086.381,66
Gastos com pessoal	-294.371,52	-1.158.625,65	-1.705.681,22	-1.109,89	-3.159.788,28
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	1,25	0,00	0,00	1,25
Outros rendimentos	25.105,81	110.730,05	654,15	0,00	136.490,01
Outros gastos	-184,48	-786,46	-201.661,44	0,00	-202.632,38
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	32.497,22	29.420,94	471.757,90	-4.769,86	528.906,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-12.569,53	-54.882,63	-100.174,22	0,00	-167.626,38
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	19.927,69	-25.461,69	371.583,68	-4.769,86	361.279,82
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	-6.339,17	0,00	-6.339,17
Resultado antes de impostos	19.927,69	-25.461,69	365.244,51	-4.769,86	354.940,65
Resultado líquido do período	19.927,69	-25.461,69	365.244,51	-4.769,86	354.940,65

3. Demonstração de Resultados por Natureza – Social



	LAR José L. Castro	LAR Seabra Castro	CENTRO DE DIA	APOIO DOMICILIÁRIO	CRECHE	PRÉ- ESCOLAR	TOTAL
Vendas e serviços prestados	335.825,42	392.251,06	62.736,77	68.768,29	31.524,08	41.229,86	932.335,48
Subsídios, doações e legados à exploração	175.707,89	215.003,11	57.454,73	172.068,30	137.299,45	146.957,15	904.490,63
ISS, IP - Centros Distritais	170.883,79	210.737,54	56.351,39	168.234,00	136.708,17	146.196,94	889.111,83
Outros	4.824,10	4.265,57	1.103,34	3.834,30	591,28	760,21	15.378,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-81.493,08	-96.619,71	-21.542,50	-33.261,70	-12.134,08	-13.464,49	-258.515,56
Fornecimentos e serviços externos	-53.779,10	-62.747,93	-25.020,02	-27.249,78	-12.562,24	-16.902,32	-198.261,39
Gastos com pessoal	-434.134,53	-426.568,00	-122.897,95	-175.025,17	-133.391,11	-160.980,41	-1.452.997,17
Outras imparidades (perdas/reversões)	1,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25
Outros rendimentos	30.830,19	39.489,55	20.994,01	19.416,30	10.667,81	14.438,00	135.835,86
Outros gastos	-233,03	-262,15	-155,35	-135,93	-77,68	-106,80	-970,94
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	-27.274,99	60.545,93	-28.430,31	24.580,31	21.326,23	11.170,99	61.918,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-16.378,34	-18.657,62	-10.584,89	-9.261,78	-5.292,45	-7.277,08	-67.452,16
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-43.653,33	41.888,31	-39.015,20	15.318,53	16.033,78	3.893,91	-5.534,00
Resultado antes de impostos	-43.653,33	41.888,31	-39.015,20	15.318,53	16.033,78	3.893,91	-5.534,00
Resultado líquido do período	-43.653,33	41.888,31	-39.015,20	15.318,53	16.033,78	3.893,91	-5.534,00

4. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde

	UCC	Bloco Operatório	Consulta Externa	Fisioterapia	Consulta Aberta	Imagiologia	Total
Vendas e serviços prestados	1.301.842,94	2.063.271,94	635.259,71	253.887,26	186.860,96	148.081,82	4.589.204,63
Subsídios, doações e legados à exploração	113,90	104,91	35,97	17,98	20,98	6,00	299,74
Outros	113,90	104,91	35,97	17,98	20,98	6,00	299,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-55.908,52	-244.545,08	-12.278,68	-7.518,99	-1.169,36	-5.177,03	-326.597,66
Fornecimentos e serviços externos	-536.834,59	-566.342,25	-420.049,27	-73.934,04	-167.277,13	-120.023,02	-1.884.460,30
Gastos com pessoal	-560.670,48	-448.235,30	-252.777,24	-202.879,65	-73.274,52	-167.844,03	-1.705.681,22
Outros rendimentos	602,07	29,40	10,08	5,04	5,88	1,68	654,15
Outros gastos	-39.097,66	-36.728,58	-33.522,77	-31.369,81	-29.971,09	-30.971,53	-201.661,44
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	110.047,66	767.555,04	-83.322,20	-61.792,21	-84.804,28	-175.926,11	471.757,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-18.533,04	-72.259,98	-3.912,20	-3.649,33	-1.415,30	-404,37	-100.174,22
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	91.514,62	695.295,06	-87.234,40	-65.441,54	-86.219,58	-176.330,48	371.583,68
Juros e gastos similares suportados	-2.408,89	-2.218,71	-760,69	-380,36	-443,74	-126,78	-6.339,17
Resultado antes de impostos	89.105,73	693.076,35	-87.995,09	-65.821,90	-86.663,32	-176.457,26	365.244,51
Resultado líquido do período	89.105,73	693.076,35	-87.995,09	-65.821,90	-86.663,32	-176.457,26	365.244,51



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANADIA**, (adiante designada por "SCMA" ou "Entidade") que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5.654.889,22 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.377.297,11 euros, incluindo um resultado líquido de 354.940,65 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota 11.3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, no âmbito da atividade hospitalar desenvolvida, que se encontra regulada pelo Acordo de Cooperação celebrado com a ARS Centro, a SCMA ainda não procedeu à emissão das faturas dos serviços prestados em 2017, tendo recebido os adiantamentos contratualizados, razão pela qual na apresentação dos saldos à face do balanço, se

Sócios: Pedro Matos Silva, António Pires Caiado, João Paulo Ferreira

procedeu à respetiva compensação. Adicionalmente, na determinação do rédito relativo à valência saúde (vide nota 7 do Anexo), não obstante a diversidade e especificação da prestação dos serviços, o relacionamento com as entidades contratantes e o elevado nível de estimativas, não se esperam diferenças significativas para os montantes registados, considerando que os serviços foram efetivamente prestados.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção

5



material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são



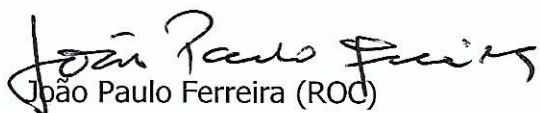
baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Coimbra, 13 de março de 2018

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associado, SROC, Lda

Representada por


João Paulo Ferreira (ROC)